



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2010

Ano 35 – Nº 202

**“Nem as balas assassinas do latifúndio, nem o
açoite do Estado poderão calar a voz da História!”
Quilombolas resistem!**

Foto: João Zinclar

Págs.: 8 e 9

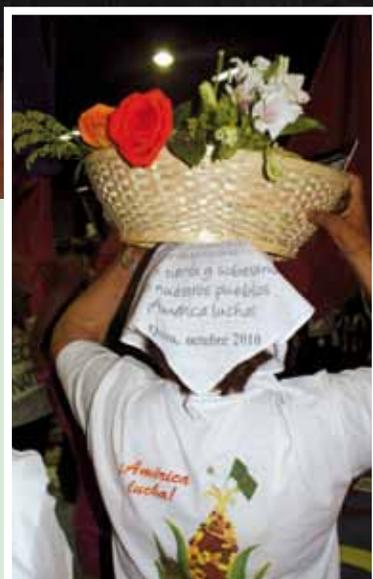


Foto: CLOC

*V Congresso da CLOC:
América Luta!
pág.: 13*

*Encontro de Formação avalia CPT e
sua atuação nos próximos anos
pág.: 14*

EDITORIAL

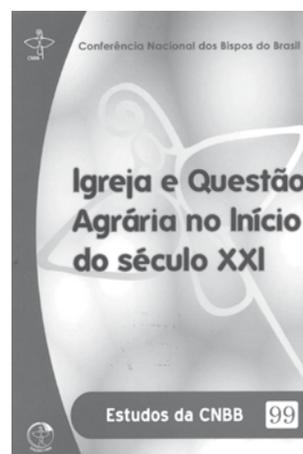
O último Pastoral da Terra do ano traz a todos e todas um pouco da história de resistência do povo quilombola. Com um artigo de padre Inaldo, da CPT no Maranhão, podemos ver que o longo processo de luta desse povo, iniciado há mais de 500 anos, continua sofrido e doloroso. A perda de um companheiro, líder quilombola no estado, entristeceu, mas não desanimou a luta desse povo. Outra história de resistência vem do mangue de Pernambuco. Após anos de luta contra o império da cana, que vem varrendo e expulsando o povo do campo no estado pernambucano, as duas últimas famílias que ainda se mantinham nas Ilhas de Sirinhaém, litoral sul do estado, foram despejadas no mês de novembro. Ao voltar ao local, e ver que sua casa, a casa onde nasceu, já havia sido destruída, Nazareth lamentou, “é muito triste ver isso. Tanta terra aqui e tanta gente sem terra. Como é que pode?”

O jornal traz, ainda, a luta do povo latinoamericano e o encontro que reuniu vários militantes desse continente no Equador, durante o V Congresso da CLOC. O intento de golpe ao presidente equatoriano Rafael Correa é analisado na página “Nuestra América”. A experiência de incentivo à leitura vinda das comunidades rurais do Mato Grosso e o resultado do Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, também compõem essa publicação.

“Temos que mudar sempre, para sermos sempre os mesmos”, iluminados pelas palavras de Dom Hélder Câmara, agentes da CPT de todo o país se reuniram em Goiânia durante o Encontro Nacional de Formação, para refletir sobre a própria CPT e o seu papel e atuação nos próximos anos. Encontro no Pará e Fórum Pan-Amazônico discutem o trabalho escravo, as possibilidades de erradicação dessa mazela e a lenta atuação do Estado para acabar com esse mal que ainda se espalha por quase todo o país. E para fechar o ano com a esperança de ventos novos e sabores de vitórias futuras, a mensagem de Natal de Dom Pedro Casaldáliga nos chama a sermos Natal, a continuar na resistência, pois mesmo quando não há espaço para os pequenos, Deus e seu povo chegam a nós através de frestas e pequenos caminhos. Feliz Natal a todos e todas, um excelente ano novo e... Boa Leitura!



Igreja e Questão Agrária no Início do século XXI



“Igreja e Questão Agrária no início do Século XXI” trata-se de um Estudo, fruto do trabalho sério de um grupo de especialistas e de pastores responsáveis e comprometidos com a causa dos menos favorecidos, enriquecido pelas contribuições de bispos, assessores e assessoras, entre outros, dos regionais da CNBB e de organismos da Igreja no Brasil. Entre os que enriqueceram o processo de construção deste material estão Antonio Canuto, Roberto Malvezzi, Sandro Galazzi, todos da CPT, bem como o presidente da Pastoral da Terra, Dom Ladislau Biernaski, além dos professores, Ariovaldo Umbelino, Plínio de Arruda Sampaio e Guilherme Delgado. A publicação tem a finalidade de suscitar o debate e colher sugestões e críticas sobre o tema.

O Rio São Francisco e as Águas no Sertão

Após cinco anos de registros fotográficos pelo rio São Francisco e por cidades do nordeste setentrional, João Zinclar lança o livro “O Rio São Francisco e as Águas no Sertão”. Fotógrafo ligado a movimentos sociais, autor da maioria das fotos usadas pela CPT em suas publicações e pela Articulação Popular São Francisco Vivo, Zinclar lançou a publicação no último 12 de novembro, em Campinas (SP). Na ocasião foi realizado, também, um debate com o tema “Água: Direito ou Mercadoria?”, com a presença de Vicente Andreu Guillo, diretor presidente da Agência Nacional de Águas, e Roberto Malvezzi, o Gogó, agente da CPT. Em entrevista à Articulação São Francisco Vivo, Zinclar contou que o desejo de fazer um ensaio fotográfico sobre o rio São Francisco já era algo que ansiava há algum tempo, mas foi apenas quando ressurgiram as discussões sobre a Transposição que ele deu início ao projeto com um objetivo bem claro: o de colocar a sua fotografia a serviço da luta do povo.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Paula Pereira
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação:
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



CPT participa de debate na UFG sobre trabalho escravo em Goiás

Foto: CPT Nacional



A Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (Núcleo de Estudo sobre o Trabalho/ UFG), a CPT Goiás e a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás, promoveram no dia 24 de novembro, no Auditório Luiz Palacin, no Campus da Universidade, um debate para analisar o aumento dos casos de trabalho escravo no estado. Além da análise dos dados, o evento também teve como objetivo discutir e apontar alternativas de combate ao trabalho escravo. O debate contou com a presença de Antônio Carlos Cavalcante Rodrigues, procurador do Trabalho (Ministério Público do Trabalho), do deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, Mauro Rubem e de frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo. Segundo dados da Campanha, só em 2010, Goiás foi responsável pela libertação de 29% do total de trabalhadores resgatados no país.

Porto Calvo sedia 23ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas

A Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL), em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) realizou em 27 de novembro a 23ª Romaria da Terra e das Águas, em Porto Calvo (AL). Foi a primeira vez que o município, distante 91 quilômetros da capital alagoana, sediou a Romaria, que teve como tema central “Menos terra concentrada, mais famílias assentadas”. A Romaria, que teve um percurso aproximadamente de 11 km, reuniu cerca de cinco mil pesso-

as. Durante a caminhada, os romeiros e romeiras cantaram músicas já difundidas nas paróquias, ressaltando a luta pela Reforma Agrária e pela dignidade de filhos e filhas de Deus. De acordo com o historiador e coordenador da CPT, Carlos Lima, neste ano em que ocorreu o Plebiscito Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, buscou-se refletir ao longo da Romaria sobre o processo de concentração da terra no país e a luta em defesa da vida e da Reforma Agrária.

Encontro reúne duas mil crianças Sem Terrinhas em Recife

Entre os dias 22 e 25 de novembro, aconteceu em Recife (PE), o 11º Encontro Estadual dos Sem Terrinha. O encontro reuniu crianças de acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do estado e teve como tema: “Como fazer a escola transformando a história”, as crianças colocaram as demandas das escolas, como espaços de lazer e infra-estrutura nos assentamentos, levando a problemática da educação do campo para a sociedade e os poderes públicos. Durante o encontro, foram realizadas mais de 50 oficinas pedagógicas, de esportes e de artes para os Sem Terrinhas, além de apresentações culturais, algumas orga-

Foto: Carmelo Fioraso



nizadas pelas próprias crianças. No dia 24, os Sem Terrinhas saíram em marcha pelas ruas do Recife, em direção ao Palácio do Governo, onde entregaram uma pauta de reivindicações aos secretários de educação, desenvolvimento regional e articulação social.

IV Romaria dos Mártires da caminhada da Diocese de Goiás

No dia 23 de outubro, a Diocese de Goiás e a CPT Goiás, juntamente com a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, realizaram uma bonita e vibrante Romaria, com a participação de mais de quatro mil pessoas. Foi a IV Romaria dos Mártires da Caminhada da Diocese de Goiás, na cidade de Carmo do Rio Verde, que culminou numa grande celebração eucarística. A caminhada teve início na praça Central, ao lado da Igreja Matriz, terminando no Largo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde, no mesmo dia e na mesma hora, há 25 anos atrás, foi assassinado Nativo da Natividade de Oliveira. Nativo, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde e animador de comunida-

Foto: Luiz Henrique Parahyba



des de base da Igreja, constantemente denunciava os abusos dos fazendeiros da região e desempenhou um importante papel na organização dos trabalhadores em Goiás. Durante a celebração, foi descerrada placa comemorativa à figura e ao trabalho de Nativo. A Romaria terminou com animado show do artista popular cearense Zé Vicente.

CPT homenageada no lançamento da Agenda Latino Americana em São Paulo

Durante o Lançamento da Agenda Latino Americana 2011, ocorrido em 23 de outubro, no Sesc da Vila Mariana, em São Paulo, a CPT foi homenageada pelo trabalho desenvolvido junto aos homens e mulheres do campo e na defesa dos seus direitos. O padre Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da CPT, recebeu a homenagem em nome da Pastoral. Na ocasião também foram homenageadas o grupo Católicas pelo Direito de Decidir e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH-3, entre outros. A atividade foi organizada pelo Grupo Solidário São Domingos, que desde 1992, promove a edição brasileira da agenda, que em 2011 virá com o tema: “Que Deus? Que Religião?”

Comunidade tradicional da Bahia ameaçada pela grilagem ganha Prêmio Odair Firmino

A Cáritas Brasileira escolheu o projeto Veredas Vivas da comunidade Ponte do Mateus, município de São Desidério-BA, para receber o prêmio Odair Firmino pelo seu histórico de resistência aos grileiros e preservação de vegetação nativa. O prêmio foi entregue no dia 28 de novembro, no auditório Dom Hélder Câmara, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF). Ilhado entre grandes propriedades rurais de produção de grãos e criação de gado bovino, e situado num dos municípios mais ricos da Bahia e maior produtor de grãos do Nordeste, Ponte do Mateus vive as contradições de uma área rodeada pela riqueza extrema e a pobreza intensa. Por um lado, a localidade é uma das várias comunidades do sudoeste da Bahia que vivencia o terror promovido pela grilagem de terras ainda existente no Brasil. Por outro, trata-se da única área verde, com vegetação nativa ainda preservada em razão da agricultura familiar.

LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA

Plebiscito pelo limite da propriedade atinge mais de meio milhão de votos

A consulta popular que ocorreu em todas as regiões do país entre os dias 1º e 12 de setembro, mobilizou e conscientizou a sociedade brasileira para o debate sobre Reforma Agrária

THAYS PUZZI*

“Pelo direito à terra e à soberania alimentar: vamos às urnas mostrar nosso poder popular.” Foi com este lema que o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade de Terra, realizado de 1º a 12 setembro, motivou 519.623 brasileiros e brasileiras a irem às urnas de forma voluntária para opinarem se concordam ou não em impor um limite máximo de tamanho das grandes propriedades rurais do país.

Deste total, apenas 3,52%, ou 18.223 votantes, mostraram-se contrários à proposta do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em incluir na Constituição brasileira um inciso no artigo 186, em que para uma propriedade rural cumprir sua função social, ela tenha um limite territorial máximo de 35 módulos fiscais. Esta medida variaria de região para região do país, podendo oscilar entre 175 e 3.500 hectares.

Já a maioria massiva dos participantes, 95,52%, usou mais esta forma de democracia popular para afirmar que são contra o latifúndio e todo o conjunto de malefícios que este traz para a sociedade. Foram 495.424 pessoas que disseram sim ao limite da propriedade de terra no Brasil, medida que já existe em países como a Itália, a China e o Japão, que investiram em uma efetiva Reforma Agrária como uma das medidas para o desenvolvimento econômico e social da população. Votos em branco representaram 0,63% e 0,34% foram votos nulos. Em relação à segunda pergunta feita durante a votação, que tratou sobre o limite de terra e a produção de alimentos para o mercado interno, os

que responderam sim foram 94,39% (489.666), 4,27% (22.158) responderam não, 0,89% foram votos em branco e 0,45%, votos nulos.

Foram nove meses de preparação e articulação intensivos para o Plebiscito Popular. Envolveram-se neste processo 23 estados e o Distrito Federal. Só não participaram do mesmo, Santa Catarina, Amapá e Acre que optaram por fazer apenas o abaixo-assinado, outro instrumento utilizado durante a campanha. “Em quase todos os estados foram montados comitês,



realizados debates em universidades, escolas, igrejas e outros espaços em que se pôde colocar a realidade agrária em toda sua crueza”, afirmou Dirceu Fumagalli, membro da coordenação nacional da Comissão Pastoral da

Terra, uma das entidades promotoras do plebiscito.

De acordo com Fumagalli, para muitos, cujo contato com o campo é praticamente nulo, estes debates abriram um horizonte novo no conhecimento da realidade brasileira. “Também se pode saudar como fruto precioso deste processo, os inúmeros trabalhos e textos produzidos pela academia sobre o arcabouço jurídico que se formou em torno à propriedade da terra e sobre aspectos históricos, sociológicos e geográficos da concentração

sileira, um dos objetivos do plebiscito foi dialogar com a sociedade sobre a concentração de terras no Brasil. “Isso interfere na estrutura política, social, econômica e geográfica do país. Fazer o diálogo com a sociedade foi a nossa grande vitória.” A mesma opinião é compartilhada pelo secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Willian Clementino. “Foi uma grande oportunidade de dialogar com a sociedade para que ela compreenda a urgência na mudança da estrutura agrária vigente.”

Além de o plebiscito ter sido um momento importante de mobilização social, Gilberto Portes, secretário executivo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, reforçou a ideia de que o Plebiscito não se resumiu apenas à votação. “Nunca pensamos em apenas garantir o número de votos, mas conscientizar a sociedade sobre a problemática discutir o problema fundiário no Brasil.” Desta forma, de acordo com Portes, o plebiscito popular pelo limite da propriedade de terra mostrou-se também um forte instrumento pedagógico no processo de formação e conscientização do povo brasileiro sobre a realidade agrária do país. Mesmo após o término do Plebiscito, o abaixo-assinado em apoio à emenda constitucional continua a circular em todo o Brasil. Os interessados em assinar podem acessá-lo também pela internet no www.limitedaterra.org.br.

fundiária no Brasil. Não fosse a proposta do plebiscito esta reflexão não teria vindo à tona com a força com que veio”, comemorou.

Para Luiz Cláudio Mandela, da coordenação colegiada da Cáritas Bra-

* jornalista do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

ARTIGO

Processo Eleitoral 2010

DIRCEU FUMAGALLI*

Por mais de 20 anos, a Ditadura Militar tolheu da sociedade brasileira o direito de manifestar seus ideais, suas utopias, suas propostas, seus projetos. Todavia, parte dessa sociedade nunca se deu por derrotada e muitas e muitos, mesmo perseguidos, torturados e mortos acreditaram que através de um processo coletivo de participação, poder-se-ia construir um Brasil livre, soberano, e de iguais direitos para todos e todas.

E se construíram muitos instrumentos coletivos de resistência – movimentos, organizações e entidades de apoio às lutas populares, experiências comunitárias – e se criaram partidos políticos de oposição ao modelo existente. Foi feita a transição para a chamada democracia. E foi promulgada uma nova constituição, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, apesar de não ter sido dada ao povo a oportunidade de escolher os membros da Assembleia Nacional Constituinte.

Passados 26 anos, a sociedade brasileira foi chamada a assistir mais um desses espetáculos de escolha de seus representantes no governo e no parlamento. Mas não havia mais oposição, rivalidades, disputa de projetos diferentes. Três, dos quatro principais candidatos à presidência, eram originários de um mesmo partido, o PT, criado para enfrentar o modelo que sonhávamos aniquilar. O outro, também, havia participado das lutas para derrubar o modelo antidemocrático e repressivo da ditadura militar. A confusão foi tanta que até entre os movimentos sociais já não se sabia ao certo quem deles os representaria em sua utopia.

As disputas nos estados se subme-

teram aos interesses do Poder Central. Tudo tinha que estar orientado para a eleição do presidente da República. Foram feitas alianças partidárias de A a Z. Candidatos que outrora eram inimigos mortais contracenavam no mesmo palco. As parcerias e dobradinhas com candidatos e candidatas ao Congresso foram as mais diversas e inimagináveis há 10 anos.

No segundo turno, os movimentos foram chamados para engrossar as fileiras na defesa do suposto projeto popular. Os candidatos derrotados desapareceram na inconsistência de seus partidos, cuja única força era a figura de seus próprios candidatos. Algumas Igrejas, de suas sacristias, destilaram o pior dos venenos sociais, o preconceito e o falso moralismo. As Empresas de

boa parte delas frustradas, com a eleição de alguém por ele fabricado para dar continuidade ao projeto que defendeu: Crescimento do Capital, distribuição de migalhas aos pobres, através do Bolsa Família, que durante um ano equivale a 14 dias de juros da dívida pública, paga aos ricos.

E o povo do campo? A Reforma Agrária, a aplicação dos direitos das comunidades indígenas e quilombolas, nem sequer chegaram a entrar na pauta eleitoral. Se no Brasil as promessas eleitorais, dificilmente se cumprem, imagine-se o que nem chega a ser matéria de promessas! Para a realização de assentamentos da Reforma Agrária, o pífio orçamento de 2008, era de 900 milhões de reais. Nos anos seguintes este orçamento foi diminuindo e para 2011 temos previsto o irrisório orçamento de 400 milhões. Mesmo para se ter uma Reforma Agrária ridícula os movimentos terão que suar muito. Pior, um dos grandes instrumentos de articulação para as lutas, o Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo, foi incapaz de realizar sua última reunião do ano para avaliar e traçar estratégias para um novo período, por falta de quórum.

Eleições não são campanhas que têm dia para iniciar e hora para terminar. São processos que buscam garantir a continuidade de quem se aventurou e tomou o poder de comandar a máquina do Estado. Partido é o que deseja ser o piloto dessa máquina. O combustível podem ser os sonhos e utopias de um povo, que acabam sendo queimados para manter a máquina funcionando nas mãos de alguns, que em seu nome, juram defendê-los.



Foto: João Ripper

A histórica militância se transformou em cabo eleitoral remunerado. No primeiro turno, além dos candidatos, havia um único “militante” fazendo campanha, o Presidente da República que acreditava piamente que sozinho elegeria sua sucessora. Partidos disputando máquina e cargos dentro dela e não mais projetos. Movimentos sociais e alas das Igrejas, outrora comprometidos com a construção de um projeto de nação, em frangalhos e se alfinetando entre si.

Comunicação ainda apostavam em sua capacidade de prestar um dê-serviço à sociedade. Veiculando o que há de mais podre em seus bastidores, o inconformismo das classes dominantes que não se conformavam com a ideia de terem de suportar alguém no poder oriundo dos segmentos populares, apesar de saberem que o controlam e o terão a seu serviço e na defesa de seus interesses.

Chegamos assim ao final de dois mandatos do presidente Lula, resultado de muitos sonhos, lutas e expectativas,

*membro da coordenação nacional da CPT.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Sair do Egito para servir a Javé

A fé em Javé é optar por um Projeto Alternativo

Na edição passada, Sandro nos ajudou a conhecer quem é o nosso Deus. O que “ve, escuta e conhece tudo o que passa com os que gritam sob a escravidão”. É o Deus dos hebreus, dos que não tem valor. Esse Deus é o que desce e envia para libertar. “Conhecer quem é nosso Deus é descobrir nossa própria identidade”. É em torno a esse Deus-JAVÉ - o que está aqui, o que veio, o que baixou - que se unem as forças marginais construindo um projeto de libertação.

SANDRO GALAZZI*

Javé e Israel: memória e projeto de libertação

A memória histórica do Êxodo sobre quem é nosso Deus, onde está e o que quer, será o referencial dos profetas, de Jesus Cristo e de todos os que lutam pelo projeto de Deus. Essa memória, os hebreus a resumem com o nome de Javé: o que está aqui, o que veio, o que baixou.

O nome Javé se converteu na bandeira dos movimentos libertários que, depois de muita luta, formaram um povo, chamado Israel. É impossível saber quem é Israel sem saber quem é Javé: Israel não é uma nação. Israel, quando surge, é um conjunto de forças marginais que se uniram contra as cidades de Canaã.

Os cananeus, os heteus, os fereseus, os gergeseus, os gebuseus... dos quais fala o livro do Êxodo, também não são povos ou nações. São os proprietários da terra de Canaã, chamados reis, que foram derrotados pelas forças populares. As forças populares nômades nas montanhas de Judá e os camponeses oprimidos lutaram contra as cidades (onde estava a força do poder: o armazém, o quartel, o templo, o palácio).

Os reis de Canaã (o livro de Josué recorda que eram trinta e um reis) perderam o poder, sobretudo nas zonas mais montanhosas, que o passaram aos

hebreus (recordemos que hebreu, em seu sentido sociológico quer dizer bandido, marginal).

Vários grupos marginalizados e oprimidos se encontram ao redor da bandeira de Javé, o Deus dos hebreus, carregada pelo grupo do deserto: nômades, camponeses, explorados e envi-

muo interessantes, mas não é necessariamente este tipo de reflexão que nos interessa aqui. O que aqui nos interessa é deixar claro que Javé não é uma ideia intelectual, mas o resumo de uma experiência histórica de libertação. Uma libertação por um grupo-alma no Egito. Uma libertação vivida por diferen-

sair do Egito, vocês me servirão nesta montanha.”

Abad é um verbo que, em hebraico, quer dizer cultivar e servir. O culto agradável a Javé, o culto a Javé, não é um culto de um momento ritual do sábado, do domingo ou da sexta-feira. O culto agradável a Javé é o esforço de construir uma convivência libertadora.

Os profetas, ao relembrem este caminho do grupo que veio do Egito, nos fazem refletir sobre uma dupla dimensão da libertação. Por isto a história não termina ao atravessar o Mar Vermelho, acrescentaram-lhe 40 anos de deserto.

Não existe só a pirâmide do Faraó que nos oprime desde fora, mas dentro de cada um existe um farozinho que está tentando reproduzir o mesmo sistema. Lembremos a capacidade de Faraó em roubar nossa cabeça. Este farozinho é mais perigoso e contra ele não há vacina que nos imunize.

A luta contra o Faraó dura somente três meses. A outra, para acabar com o farozinho dura quarenta anos, no deserto. Quarenta, para os hebreus, é toda uma vida. A decisão de servir a Javé e não ao Faraó, é uma decisão constante que dura a vida toda. No caminhar pelo deserto Javé põe à prova o coração do povo. Os capítulos de 15 a 20 do êxodo, são o resumo simbólico das lições aprendidas ao longo deste caminho.



Foto: João Laet

divididos, beduinos do deserto, pastores das montanhas ... todos se uniram ao redor desta memória, geradora de um projeto alternativo ao das cidades. Javé vai ser conhecido como o Deus dos hebreus, o Deus dos bandidos. Bandidos a partir de como os chamam os proprietários das cidades. Assim são chamados todos os que não aceitam a situação.

Não vamos lembrar aqui como se formou o povo de Israel. São questões

tes grupos na terra de Canaã e que se constituíram como Israel a partir desta mesma experiência histórica.

Javé e Israel, memória e projeto, são fruto da luta dos hebreus contra a opressão.

Servir a Javé

Não é suficiente sair do Egito, precisamos aprender a servir a Javé: “Este é o sinal de que eu te envio: depois de

* Agente da CPT Amapá

CONFLITO

Monocultivo da cana despeja as duas últimas famílias de Sirinhaém

RENATA ALBUQUERQUE*

“Aqui é um lugar de barriga cheia. Tudo o que você procurar, aqui no mangue tem, pra você alimentar sua barriga, seu espírito e sua alma.” Essas são as frases ditas incansavelmente pelas duas irmãs e pescadoras, Maria de Nazareth e Maria das Dores. O lugar de que elas falam é a ilha de Constantino, uma das 17 que compõem o estuário do rio Sirinhaém, localizado no litoral sul de Pernambuco. No mês de novembro, as famílias das pescadoras se viram obrigadas a saírem do local, onde vivem desde que nasceram, através de uma ação judicial movida pela Usina Trapiche.

As duas famílias são vítimas de um conflito que se arrasta há mais de 25 anos e que envolve também outras 51 famílias de pescadores tradicionais que habitavam as Ilhas há várias gerações. Todos os moradores foram sendo expulsos, um a um, a partir de ações ilegais e criminosas promovidas pela Trapiche. Apenas as famílias das duas irmãs permaneceram resistindo no local. Essas mulheres tornaram-se símbolo de luta e resistência e o caso tornou-se emblemático por retratar a realidade de violência protagonizada pelo monocultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco, considerado um dos estados que mais registra conflitos no campo no Brasil. Agora, as famílias de Maria de Nazareth e Maria das Dores somam-se ao conjunto das mais de 800 famílias despejas no estado só este ano, de acordo com dados parciais da CPT.

O conflito

O conflito entre a comunidade tradicional de pescadores e a Usina Trapiche nas Ilhas de Sirinhaém se agravou a partir de 1998, com a compra da Usina pelo empresário alagoano Luiz Antônio de Andrade Bezerra. A nova adminis-

tração intensificou a violência para expulsar os moradores e moradoras que residiam no local, com perseguições, ameaças, expulsões, queima e demolição de casas. Desde então, as famílias, apoiadas por entidades como a Comissão Pastoral da Terra e a Terra de Direitos, passaram a denunciar as violações de direitos humanos. Recai também sobre a Trapiche dezenas de denúncias de crimes ambientais. De acordo com os pescadores, a Usina construiu extensos canais para escoamento do vinhoto que é despejado diretamente no rio todos os dias, quando inicia a colheita da cana-de-açúcar. Por conta das violações ao meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente, em 2008, autuou a Trapiche, assim como todas as Usinas do Estado, com aplicação de multa de R\$ 120 milhões. Em 2009, a Trapiche foi novamente multada em um milhão de reais por crimes ambientais. As terras são da União, mas apesar dos crimes perpetrados, a Empresa tem o domínio de uso e exploração por ser foreira da área.

De acordo com a memória oral de ex-moradores, desde 1914 as ilhas são habitadas por famílias de pescadores tradicionais. Hoje, estas famílias não podem mais exercer seu modo de vida tradicional: se veem obrigadas a compor a massa de desempregados na periferia de Sirinhaém. Em depoimento dado para a CPT Nordeste II, em outubro passado, uma das ex-moradoras mais antigas das Ilhas, Dona Antônia, 67 anos, disse que todos os dias sonha com o local onde sempre viveu e que hoje sente-se morta. É categórica ao afirmar: “quem me matou foi a Usina quando me tirou das

ilhas”. Proibidas de pescar no estuário e submetidas a condições sub-humanas, as famílias não tem de onde tirar seu sustento. A Anistia Internacional, que acompanha o caso, visitou em 2008 os ex-moradores e em carta aberta ressaltou: “Elas [as famílias] moram em uma favela, com casas precárias e lutando pela sobrevivência.”

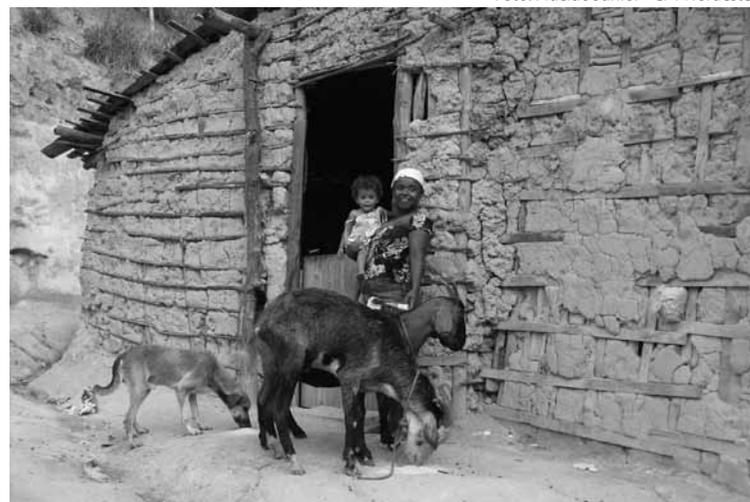


Foto: Plácido Junior - CPT Nordeste II

Criação de uma Resex na área é a solução para o conflito

As ilhas de Sirinhaém compõem uma área considerada de preservação ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Os laudos dos dois órgãos públicos, divulgados em 1998, alegam que a presença dos pescadores na ilha não significa qualquer agressão ao meio ambiente. Os estudos ainda dizem mais: as famílias de pescadores tradicionais são importantes agentes de monitoramento e fiscalização dos impactos ambientais. Para as organizações que acompanham

o caso, a solução para este conflito está na criação de uma Reserva Extrativista (Resex). De acordo com Daniel Viegas, advogado da Comissão Pastoral da Terra, “a Resex é um instrumento jurídico criado para locais em que há uma comunidade vivendo de forma comprovadamente harmoniosa com o meio ambiente. Busca preservar o ecossistema e proteger o modo de vida da população que nele vive”.

Foi com essa motivação que, desde 2006, as famílias, com o apoio da população local, da Colônia e da Associação de pescadores, além de diversas organizações ambientalistas e de direitos humanos, solicitaram ao ICM-Bio e ao Ibama, que a área seja transformada em uma Resex. De acordo com Viegas, todos os estudos e etapas necessárias para que a Reserva seja viabilizada já foram

realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Agora, o processo aguarda a atuação do Ministério do Meio Ambiente para que seja concretizado. No entanto, o Governo Federal sinaliza que só criará a Resex com a anuência do Governo Estadual, fruto de um acordo político entre as instâncias, ainda que isso não esteja previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Mesmo tendo sido pressionado ao longo das últimas semanas que antecederam o despejo das duas últimas moradoras das Ilhas, o governador Eduardo Campos, não se posicionou sobre a criação da Resex na área, tornando-se conivente com o conflito.

* Setor de Comunicação e Documentação da CPT Nordeste II.

ARTIGO

O Maranhão na rota do agrobandidismo

INALDO SEREJO*

O processo eleitoral no Maranhão começou, nas palavras do jornalista Emílio Azevedo, com uma tentativa de estupro político - Lula impondo ao seu partido uma aliança com o PMDB, sob o comando da rainha de espadas da oligarquia Sarney - e terminou com o assassinato do quilombola Flaviano Pinto Neto, liderança do quilombo Charco em São Vicente Ferrer, no dia 30 de outubro do ano em curso. O que tem a ver o estupro político e o assassinato de Flaviano? Tudo.

Em seu primeiro ano de governo, o presidente Lula regulamentou através do decreto 4887/2003, o artigo 68 das ADCT que determinou o reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Essa legislação nova revigorou a esperança de milhares de comunidades que, reconhecendo sua ancestralidade negra, viram na legislação a possibilidade de viverem tranquilos e seguros nas terras ocupadas por seus antepassados. Parecia ter chegado o fim da perambulação. Entretanto, as alianças firmadas pelo governo com as oligarquias regionais e com o agronegócio, inviabilizam a emancipação política dessas comunidades. Até julho de 2010, apenas oito terras foram tituladas pelo governo federal. Na superintendência do INCRA/MA estão abertos cerca de 300 processos - alguns apenas com uma página - de comunidades quilombolas com pedidos de reconhecimento de seus territórios.

No Maranhão a oligarquia Sarney, que entregou as terras públicas aos capitalistas a troco de participação nos seus empreendimentos, em setembro de 2009, seis meses depois de re-assumir o governo do estado pela via judicial, promoveu um seminário denominado "Painel Empresarial - Oportunidade e Parcerias", no qual foi anunciado que o Futuro acabara de chegar ao estado pelas mãos de grandes empresas nacionais e internacionais do porte da Alcoa,



Foto: João Zinclar



Foto: João Zinclar

Suzano, Petrobrás, Vale com a parceria fundamental do Estado via BNDES e o Tesouro Estadual. Com isso, o estado se tornou um dos maiores complexos logísticos do planeta. Esse foi o discurso que ecoou na campanha eleitoral. E o Maranhão foi apresentado pelas oligarquias locais como a terra do futuro. A governadora chegou a afirmar que executará o maior programa de reforma agrária do país. A oligarquia Sarney venceu as eleições.

A velha violência sofrida por milhares de famílias camponesas mara-

nhenses se insere nesse novo momento da expansão do capital. Em anos passados, os despejos eram executados ao som das balas de grupos de pistoleiros conhecidos por todos, alguns deles chegaram a prestar serviço de segurança ao Estado, como é o caso do famoso Naná de Felipão, contratado pelo governo de Roseana Sarney para fazer segurança em prédios e eventos públicos. Hoje, a aliança estado-capital-latifúndio busca revestir a violência com um caráter de legalidade colocando a seu serviço o poder judiciário que, nos últimos três

anos, já concedeu quase duas centenas de liminares de reintegração de posse a favor de latifundiários. Nessas liminares transformadas em sentença, o poder judiciário não se esquece de recomendar aos policiais a moderação no uso da força no ato da execução das liminares. Na prática são derrubadas casas, fruteiras, queimadas as plantações, envenenadas as fontes de água, famílias são jogadas debaixo de alguma árvore onde possam armar uma rede. Tudo em nome do desenvolvimento do estado.

Desse modo assistimos a uma ação etnocida do Estado que, ao despejar comunidades centenárias - nas formas colocadas anteriormente - deseja eliminar as possibilidades de reprodução biológica, social e cultural de grupos étnicos. Ao atear fogo nas roças em cumprimento a uma liminar de reintegração de posse, como foi o caso de Cruzeiro - Palmeirândia, no último dia 22, a intenção é clara e absurda: reduzir a pó séculos de histórias de lutas e resistências das populações negras. O que está em questão? Um modo de viver e conviver nos e com os biomas; as relações afetivas, simbólicas, harmoniosas, que afrontam a propriedade privada da terra e a subordinação da força de trabalho ao capital. Por isso o reconhecimento dos territórios étnicos não interessa aos donos e donas do poder neste estado.

Flaviano Pinto Neto se tornou um empecilho ao desenvolvimento e ao progresso, segundo os governantes e burocratas estatais. Ele resistiu o tempo todo para não se tornar mais um sem-história, mas naquela fatídica hora não lhe deram tempo de se defender; o tempo não parou para que as sete balas da pistola 380 não o alcançassem. Entretanto, o povo quilombola está reafirmando que nem as balas assassinas do latifúndio, nem os açoites dos poderes do Estado poderão calar a voz da História.

*Coordenador da CPT no Maranhão.

DENÚNCIA

Carta-Denúncia dirigida a toda a sociedade brasileira acerca da violência sofrida pelos quilombolas do quilombo Cruzeiro, município de Palmeirândia, Maranhão, que, em pouco mais de um ano, já sofreu três despejos judiciais. No último, executado no dia 22 de novembro, foram incendiadas mais de 40 linhas de roças. O juiz Sidney Cardoso Ramos, titular da comarca de São Bento, atua como se fosse advogado da pretensa proprietária Noele de Jesus Barros Gomes.

CARTA – DENÚNCIA À SOCIEDADE BRASILEIRA

O QUE SIGNIFICA UMA LINHA DE MANDIOCA?

Significa uma produção de 25 a 30 paneiros de farinha. Significa o trabalho de 10 meses a um ano, desempenhado por mais de 15 trabalhadores, numa jornada de trabalho de mais de 12 horas diárias.

Significa alimento para 900 pessoas por um dia, se cada uma comer um quilo de farinha. Mas, além de comer a farinha, ela pode ser transformada em carne, açúcar, café, roupa, remédio e até educação para os filhos e filhas de dezenas de famílias de quilombolas. Então será que dá para saber o que significa uma linha de mandioca para um trabalhador quilombola?

Bom e então, quanto será que custa um quilo de farinha na mesa de um latifundiário? E de um policial? De um promotor? E na mesa de um juiz quanto será que custa?

Custam 46 linhas de roça destruídas com fogo. Custam as vidas de centenas de famílias postas em risco pela falta de alimento, pelos mandos e desmandos daqueles que não sabem o que é ter fome. Custa também o sangue inocente de dezenas de camponeses, quilombolas, indígenas assassinados neste Maranhão, que se sustentam na arbitrariedade dos atos de seus representantes e, no completo descaso para com a vida destes trabalhadores que com seu sangue sustentam impérios neste de chão de exploração. Custa ainda o desespero de mulheres, que já não conseguem dormir por não

saber onde vão plantar para alimentar seus filhos dignamente, com o trabalho honesto de seu braço de trabalhadora rural. Ela que enfrenta o sol, ele que enfrenta a chuva e os dois que enfrentam juntos outras tempestades como aquelas provocadas por decisões de quem se acha dono da verdade. Juizes, latifundiários, grileiros. Eles que não sabem o que é ter fome.

Custa a peregrinação de enorme quantidade de famílias quilombolas expulsas do seu chão, rumo à cidade grande, para sofrer e ver seus filhos, suas filhas entregues ao terror das grandes cidades. Custa uma sentença de morte a seus jovens que são vitimados por drogas, pela polícia como se vê no rio de Janeiro, em São Luís (MA).

Foto: João Zinclar



A morte nas penitenciárias ou na rua. É isto o quanto custa um quilo de farinha na mesa do latifúndio, de policiais, de promotores e de juizes. Na mesa de governadores, prefeitos, e todos os seus comparsas. Custa a morte de comunidades inteiras que são obrigadas a largarem seu modo de vida, comunitário, de respeito a cada ser vivo, aos seus semelhantes e à TERRA. Significa um etnocídio, uma morte qualificada pelo

grupo e modo de viver deste grupo. Os sentenciados são: Quilombolas, ribeirinhos, índios, posseiros.

Sabem por que este é o preço do quilo de farinha na mesa destes senhores? Porque é com o trabalho suado de mulheres e homens neste país, inclusive dos quilombolas, que são pagos a estes senhores, ricos salários. Ou, que são sustentados os ricos negócios de alguns destes senhores.

E na mesa do quilombola, da quilombola, será quanto custa um quilo de farinha?

Na mesa do quilombola custa sua própria vida, senhores todos poderosos. Sim, na mesa do quilombola um quilo de farinha custa sua própria vida.

porque trabalhamos enquanto se puder ver o sol.

E vossa excelência, quantos dias trabalha? Segunda não está, quinta depois do meio dia não está. Quando é que o senhor está no seu posto de trabalho senhor? E, para completar quando o senhor está ainda não pode discutir teses acadêmicas! Qual é mesmo o seu trabalho senhor? Senhor juiz, nós trabalhamos quase 12 horas por dia. E o senhor, quantas horas mesmo o senhor trabalha? Nós recebemos por salário, nossas roças devoradas no fogo, e o senhor Excelência, qual o tamanho do seu salário?

Vossas senhorias nas suas reuniões de final de semana, nas casas de vossos amigos, que depois trazem suas causas para serem julgadas por vossas excelências, vocês falam que somos parasitas do Estado, que recebemos bolsas disso, bolsa aquilo. É recebemos mesmo e sabe por que senhor juiz, porque vossas excelências trabalham pouco e ganham muito e ainda como resultado do seu trabalho nos vemos

obrigados a ficar sem trabalhar. Somos nós os parasitas, senhor? Como, se trabalhamos todos os dias quase 12 horas? Então senhor, deite sua cabeça no travesseiro e pense na situação de cada trabalhador rural quilombola que tem suas vidas controladas por suas decisões.

Quilombo Cruzeiro/Palmeirândia (MA),
01 de dezembro de 2010.



QUEM SOMOS NÓS

Então senhor juiz, discutir teses acadêmicas não pode, então vamos discutir sobre trabalho. Os senhores costumam dizer que somos preguiçosos, que não gostamos de trabalhar. Mas senhor, todos os dias nós acordamos 5h30 da manhã e às 7h00 já estamos na roça e de lá saímos às 6 horas da tarde ou mais tarde ainda,

TRABALHO ESCRAVO

Combate ao trabalho escravo foi tema de debate na área com maior incidência do crime no Brasil

Seminário debate enfrentamento ao problema no sul e sudeste paraense

PAULA PEREIRA*

Na região sul e sudeste do Pará, historicamente com maior incidência de casos de trabalho escravo no Brasil, o Ministério Público Federal/PA, a Comissão Pastoral da Terra e UFPA (Campus Marabá) realizaram em 16 e 17 de novembro, no Campus da Universidade, o seminário “Efetividade da Tutela Preventiva e Representativa no Enfrentamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo”, com o objetivo de aprimorar o enfrentamento em relação a esse crime.

Aproximadamente cem pessoas,

entre elas, agentes da CPT, professores, integrantes da ONG Repórter Brasil, estudantes e operadores de direitos, que participaram do seminário, foram convocadas a debater questões que visam fortalecer a luta contra o trabalho escravo, aperfeiçoando ações de fiscalização; articulação do aparato estatal de controle, resgate dos trabalhadores e punição dos escravagistas, bem como ações de prevenção e reinserção social dos trabalhadores. Uma das propostas surgidas durante o encontro foi a cons-

tituição e aperfeiçoamento de um banco de dados pessoais de todos os libertados (com informações como nome completo, endereço, números de documentos e nome da mãe, além do registro de indicações relativas a parentes), com o objetivo de facilitar a localização das vítimas e a inclusão das mesmas em programas sociais que possam evitar a reprodução do ciclo de escravidão.

Desde 1986, o MPF na região entrou na Justiça com 247 ações contra casos de submissão de trabalhadores a

situações de escravidão. Uma Carta foi elaborada ao final do Seminário, ressaltando a importância da construção de um cadastro com os dados dos resgatados, bem como a necessidade de garantir financiamento público para atividades de prevenção ao trabalho escravo. Para os proponentes, é preciso também “mobilizar a sociedade civil para cobrar a implementação das políticas públicas de prevenção e repressão ao trabalho escravo, sobretudo as que incidem nas causas estruturais do problema”.

CPT e Repórter Brasil realizam oficina sobre trabalho escravo no V Fórum Pan-Amazônico

Durante o V Fórum Social Pan-Amazônico, que aconteceu entre os dias 25 e 29 de novembro, em Santarém (PA), e reuniu cerca de cinco mil pessoas, a CPT em parceria com a ONG Repórter Brasil realizou, no dia 26, uma oficina sobre trabalho escravo. A oficina “ESCOLAS E COMUNIDADES NA LUTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO” centrou sua atenção no trabalho realizado junto a escolas e comunidades na ação específica de prevenção contra o trabalho escravo.

Na perspectiva da multiplicação da mensagem de prevenção e de vigilância, tem sido fundamental a mobilização das comunidades escolares e do movimento social, bem como das igrejas. Os resultados já são palpáveis e apontam para formas renovadas de preparar as mudanças de estrutura e de cultura indispensáveis para a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Mobilizadas contra o trabalho escravo, escolas e entidades têm desenvolvido campanhas de conscientização

e projetos educacionais e/ou de geração de renda para prevenir o aliciamento de trabalhadores rurais das regiões Norte e Nordeste, para as regiões de expansão da fronteira agrícola na Amazônia e no Cerrado.

Representantes das escolas e da sociedade civil que participaram da oficina trocaram suas experiências e os materiais produzidos. Os expositores da oficina, membros de organizações sociais, educadores, professores e es-

tudantes de municípios do Pará, Maranhão e Tocantins, que participam de ações de prevenção e conscientização na luta contra o trabalho escravo rural, apresentaram suas experiências de forma breve e criativa. Estas experiências tinham como base o trabalho realizado pela ONG Repórter Brasil, pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH).

Tecer novas parcerias e ampliar a rede social que atua no combate ao trabalho escravo era um dos objetivos da oficina. Segundo Xavier Plassat, da coordenação da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, as experiências apresentadas “foram realizações muito válidas para ampliar nosso público para além do público direto dos trabalhadores rurais”.

Foto: Xavier Plassat



* Setor de Comunicação de Comunicação da CPT

V FÓRUM PAN-AMAZÔNICO

Carta de Santarém

Fórum Pan-Amazônico divulgou documento com compromissos assumidos pelas organizações e movimentos sociais participantes, para a construção de um “continente sem fronteiras”, a “Aby-ayala”, confira o documento:

“Temos uma utopia: A construção de um continente sem fronteiras, a Aby-Ayala, terra de muitos povos, iguais em direitos e solidários entre si. Uma terra livre de toda opressão e exploração. A vida em harmonia com a Natureza é condição fundamental para a existência de Aby-Ayala. A Terra não nos pertence. Pertencemos a ela. A Natureza é mãe, não tem preço e não pode ser mercantilizada.

Compreendemos que Aby-Ayala deva ser construída a partir de estados plurinacionais que substituam o velho estado centralizador, patriarcal e colonial, dando à luz a novas formas de governo, onde a democracia se exerça de baixo para cima, seguindo a máxima do mandar, obedecendo, onde exista um diálogo de saberes e culturas, onde cada povo seja livre para decidir como quer viver.

A participação plena e igualitária das mulheres é uma condição fundamental na construção das novas sociedades. Da mesma forma a proteção integral das crianças, como portadoras do futuro da Humanidade.

A Terra, nossa casa comum, se encontra ameaçada por uma hecatombe climática sem precedentes na história. O derretimento dos glaciares dos Andes, as secas e inundações na Amazônia são apenas os primeiros sinais de uma catástrofe provocada pelos milhões de toneladas de gases tóxicos lançados na atmosfera e os danos causados à Natureza pelo grande capital, através da mineração descontrolada, a exploração petrolífera na selva e o agronegócio. Tal situação é agravada pelos mega-projetos, integrantes do IIRSA, como são a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos e as grandes rodovias que destroem a vida de povos ancestrais, criando novos bolsões de miséria.

Para deter este ciclo de morte é necessário defendermos nossos territórios

exigindo o imediato reconhecimento e homologação das terras indígenas, titulação coletiva das terras quilombolas e comunidades tradicionais, bem como

superar a invisibilidade da população afrodescendente nas suas lutas e propostas sobre poder, autonomia e território.

Foto: Laboratório de Comunicação Compartilhada



o pleno direito de consulta livre bem informada e consentimento prévio para projetos com impacto social e ambiental, preservando assim nossa terra, nosso modo de viver e a nossa cultura, defendendo a natureza e a vida.

Defendemos e construímos a aliança entre os povos da floresta, dos campos e das cidades. Fazem parte de nosso patrimônio comum a luta dos camponeses pela terra, os direitos dos pequenos agricultores a assistência técnica, crédito barato e simplificado, e os justos reclamos por saúde, educação, transporte e habitação dignas para todos. Lutamos por uma sociedade sem exclusões, com liberdade, justiça e soberania popular. Combatemos no dia a dia todas as formas de exploração e discriminação baseadas em gênero, etnia, identidade sexual e classe social. Particularmente nos esforçaremos para

A Amazônia Sul-americana possui problemas urbanos extremamente graves, nesse sentido é fundamental lutar pela construção de cidades justas, democráticas e sustentáveis, adequadas às diferentes realidades desta região, contemplando a diversidade dos atores sociais que vivem nessas cidades.

Na Pan-Amazônia, como em toda a América Latina, enfrentamos o militarismo que atua como mediador entre o colonialismo e o imperialismo. Condenamos a utilização das forças militares, corpos policiais, paramilitares e milícias como agentes repressivos das lutas dos povos, bem como os intentos de se utilizar a Justiça para criminalizar os movimentos sociais, a pobreza e os povos indígenas. Denunciamos a presença de tropas norte-americanas na Colômbia e a reativação da IV Frota estadunidense como ameaças à paz no

continente. Repudiamos o colonialismo francês na Guiana e apoiamos os esforços de seus povos para alcançarem a independência. Nos manifestamos contra o golpe militar em Honduras e a ocupação militar do Haiti. Da mesma forma protestamos contra as barreiras que procuram impedir a livre circulação dos povos entre nossos países, defendemos o direito dos migrantes de terem uma vida plena e digna no país que escolherem para morar.

Lutamos por construir países apoiados em economias que mantenham a soberania e a segurança alimentar, que desenvolvam alternativas aos modelos predatórios e extrativistas e que tenham na economia solidária e na agroecologia, pilares na edificação do bem estar social. Para nós os saberes ancestrais são fontes de aprendizagem e ensinamento em igualdade de condições com o chamado conhecimento científico; a democratização dos meios de comunicação, uma necessidade inadiável; a liberdade de expressão e a apropriação das novas tecnologias um direito de todos; bem como uma educação que estimule o diálogo, os contatos sem barreiras, os dons e talentos individuais e coletivos que disseminem valores humanos, abrindo caminho para a transformação íntima e social.

Reafirmamos nossa identidade amazônica através de nossas múltiplas faces, honrando a tradição e construindo o novo. Fazem parte desta identidade as línguas originais dos nossos povos e seus conhecimentos tradicionais.

Estes são os nossos compromissos. Devemos transformá-los em ação.

Santarém, 29 de novembro de 2010”.

O Fórum Pan-Amazônico levantou, ainda, várias linhas de ação relativos aos compromissos firmados nesse documento.



NUESTRA AMÉRICA

O Equador entre trincheiras

CRISTIANE PASSOS*

Os acontecimentos de setembro no Equador refletem a atual situação do continente latino-americano, onde governos populares chegaram ao poder à revelia do capital e das organizações que o servem. No último 30 de setembro, Quito, a capital equatoriana, acordou sob ameaças de um golpe de Estado. Diante de uma perplexidade momentânea, sob avaliações de fragilidade no sistema de inteligência do governo de Correa e com a tomada das ruas pelos populares, vimos um levante policial tomar conta da cidade. A notícia de fechamento do aeroporto, de embates no interior do país, saques a bancos e de sequestro do presidente trouxe o caos ao Equador.

Numa tentativa um tanto quanto insana de dialogar com os manifestantes, Correa foi do Palácio do Governo, Caroteled, a um regimento policial. Desafiou os insurgentes colocando em risco não somente a sua vida, mas o Estado democrático do país e civis que se espalhavam pelas ruas. O grupo então atentou contra a vida de Correa atirando-lhe bombas de gás lacrimogênio e retirando-lhe a máscara antigás, na tentativa de sufocá-lo. Assessores do presidente, bem como ministros também foram agredidos. A situação tornava-se cada vez mais tensa. Quase desmaiado o presidente foi levado para o Hospital da Polícia. Lá foi medicado e ficou isolado, impedido de sair pela polícia. Enquanto isso, assaltos se espalhavam por Guayaquil e Cuenca. Manifestantes pró Correa começaram a se aglomerar na Plaza Grande, em frente ao Palácio do Governo.

O comandante da polícia, que continuava fiel ao presidente, declarava que havia perdido o controle. Jornalistas tentavam acompanhar todo o levante, mas por muitas vezes foram impedidos pela polícia que confiscava materiais de vídeo e fotografia, e chega-



Foto: Cristiane Passos

va a agredir fotógrafos. A TV Ecuador, a televisão pública do país, foi invadida e impedida de continuar sua programação. O ministro da defesa, Javier Ponce, renunciou ao cargo. Enfim, um cenário desolador contruía-se diante de nossos olhos.

Entretanto, apesar da inconstância dos fatos e da violência que parecia cercar os atos daquele dia, o que podíamos ver, no início da tarde do dia 30, estava longe de ser um golpe de Estado. Uma certa calma se estabeleceu na capital. Assessores, companheiros de partido e simpatizantes de Correa mostravam-se bem tranquilos na Plaza Grande. Mantinham o clima de revolta e apoio ao presidente, como deve ser feito numa situação que atenta contra a democracia. Porém, as coisas começaram a se restabelecer numa velocidade anormal em uma situação como essa.

O processo de resgate de Correa foi duro. Depois de horas de negociação, o enfrentamento entre exército,

que manteve-se todo tempo ao lado do presidente, e polícia foi inevitável. Várias pessoas saíram feridas. Representantes da Federação Nacional de Organizações Camponesas e Indígenas do Equador (FENOCIN), que foram ao local para ajudar no resgate, também saíram feridos. As 00h30, horário de Brasília, Correa retorna triunfante ao Palácio do Governo. “Ou volto como presidente, ou volto como cadáver”, assim disse ter enfrentado os policiais durante a negociação de sua libertação. Milhares de feridos em todo o país. Um total confirmado de 8 mortos. Entre eles um estudante de 20 anos. Conflitos em vários estados do Equador. Esse foi o saldo do levante, que teve início, aparentemente, com uma manifestação contra um projeto de lei que suspendia abonos e regalias oferecidas, até então, aos policiais equatorianos.

O cenário político do país é um tanto complexo. Rafael Correa vem de um movimento social que se transfor-

mou em um partido político, o PAIS. Uma das maiores organizações indígenas do país, a CONAIE, tem resistência a ele, e continua a apoiar o ex-presidente, Lucio Gutierrez, que foi chefe das forças armadas e é acusado de liderar os policiais nesse levante e em uma possível tentativa de golpe de Estado. Outros movimentos sociais se assemelham mais a sindicatos, estando bem próximos do presidente. É difícil encontrar um posicionamento imparcial baseado no contexto sóciopolítico nacional.

Já no dia 1 de outubro o país voltava à normalidade. Apesar disso, foi decretado estado de exceção no país. À polícia foram dadas férias temporárias. O exército, então, tomou as ruas para assegurar a segurança do presidente e dos civis. Rafael Correa foi eleito democraticamente pelo povo. Independente do direito de protesto, assegurado a todo cidadão e cidadã, um departamento público que recebe armas para proteger a população, não pode em nenhuma circunstância se levantar contra ela. Voltamos a um estado democrático, prestes à realização do V Congresso da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC), que ocorreu entre 8 e 16 de outubro na capital equatoriana. Milhares de representantes de organizações e movimentos sociais de toda a América se reuniram em Quito nesses dias. Os acontecimentos no país não desanimaram os congressistas. Animados e animadas pelas lembranças das lutas de nossos mártires das Américas, o Congresso levantou a esperança desse povo continental.

Sigamos rumo à construção de um projeto popular para a América Latina.

América Luta!

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

V CONGRESSO DA CLOC

Pela união dos povos e por uma América livre e soberana

V Congresso da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC) reuniu cerca de 1.000 pessoas de todo o continente americano, entre 8 e 16 de outubro, na capital do Equador, Quito.

CRISTIANE PASSOS*

Acolhidos e acolhidas pelo caloroso povo andino, militantes, trabalhadores, trabalhadoras, camponeses, camponesas e indígenas se reuniram na cidade de Quito, para discutir a união dos povos latinoamericanos, a resistência contra o capitalismo e o império, e defender a soberania dos nossos povos, além da soberania alimentar.

III ASSEMBLEIA DE JOVENS DA CLOC LEMBROU A MORTE DE CHE GUEVARA

A III Assembleia de Jovens da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC), realizada entre 8 e 9 de outubro, lembrou os 43 anos da morte de Che Guevara e toda sua luta pela libertação da América Latina. O evento reuniu representantes de todas as regiões da América, na Universidade Central de Quito, Equador, no mesmo espaço onde aconteceu todo o Congresso.

A partir de um detalhado e rigoroso balanço da situação que se vive hoje no continente, o grupo reunido na Assembleia assinalou ao longo do debate a necessidade de ter presente tanto a análise das mudanças que experimentou o modelo neoliberal e o domínio do grande capital, como as aprendizagens acumuladas pelas organizações ao longo de décadas de resistência contra o desdobramento do modelo e suas modalidades de saque e exploração, tão características do capitalismo. O grupo analisou, também, o contexto da crescente disputa e dos desafios frente aos projetos políticos e ideológicos das oligarquias e dos capitais transnacionais, que querem controlar massivamente

a riqueza dos territórios e povos do continente. Ao final da Assembleia, a juventude da CLOC construiu um documento reafirmando a importância da sua organização continental, e das lutas dos jovens no processo de transformação do nosso continente, rumo ao socialismo.

IV ASSEMBLEIA DE MULHERES DA CLOC DISCUTE PATRIARCADO E CAPITALISMO

A Assembleia de Mulheres da CLOC teve início com uma mística emocionante, que destacou as mártires do continente latinoamericano e seus ensinamentos para a luta de hoje. Durante a Assembleia se discutiram muitos temas, como capitalismo e patriarcado, e o feminismo na construção do socialismo. De acordo com Nalu Farias, representante da Marcha Mundial de Mulheres, “Sempre quando falamos desse tema, do patriarcado e machismo, tentamos nos remeter para o nosso cotidiano, como se configura isso em nosso dia a dia. No cotidiano das mulheres, muitas vezes, isso aparece como uma coisa muito natural, sendo que não o é. Muitas se conformam diante das opressões, por achar que isso é normal, que sempre foi assim”. Além disso, segundo ela, “Não podemos entender como funciona uma sociedade capitalista, se não compreendemos como se dá a divisão sexual do trabalho. O capitalismo aprofundou a ideia de divisão entre uma esfera pública e uma esfera privada de trabalho, a pública seria o trabalho, a pesquisa, o estudo, a prestação de serviços, e o trabalho privado

Foto: CLOC



não é reconhecido como trabalho, e ainda se considera que essa atividade é característica das mulheres”.

V CONGRESSO DA CLOC DEBATE REALIDADE AGRÁRIA LATINOAMERICANA

Sob gritos de “Evo amigo, o povo está contigo”, cerca de mil delegados e delegadas de toda a América, além de convidados de várias partes do mundo, receberam o presidente Evo Morales na abertura do V Congresso da CLOC – Via Campesina, na noite do 12 de outubro. O presidente boliviano expressou o prazer ao receber a convocação para o V Congresso, na sua qualidade de membro fundador da CLOC. Rafael Correa, presidente equatoriano, também participou desse momento, onde destacou a alegria e a importância de o Equador receber esse importante

evento de discussões contra a opressão do capitalismo e sua investida sobre o campo. Uma marcha pelas ruas de Quito, na manhã do 13 de outubro, também deu início às atividades do V Congresso.

Até o dia 16 de outubro, os delegados e delegadas do V Congresso da CLOC debateram a conjuntura internacional, a realidade agrária latinoamericana, os desafios para os movimentos e organizações sociais, a soberania alimentar e o enfrentamento ao capital e a todo seu aparato de opressão e exploração. Dentre as prioridades de lutas levantadas por todos estão a defesa das sementes, a soberania alimentar, a luta contra os verdadeiros causadores das mudanças climáticas e de defesa dos direitos dos povos originários e dos camponeses e camponesas de toda a América.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

CPT: perspectivas e desafios

ANTONIO CANUTO*

De 8 a 12 de novembro, a CPT esteve reunida em Hidrolândia (GO), realizando mais um Encontro Nacional de Formação. Não houve o estudo de um tema pré-determinado, mas o aprofundamento do processo de avaliação da CPT, em curso há quase dois anos. O processo conduziu o olhar da CPT em duas direções. O primeiro, e mais importante, para fora, para a realidade onde a CPT atua - a questão da terra, o agronegócio, os grandes projetos e a relação com os movimentos e organizações sociais ligadas à terra. O segundo, para o interior de si mesma, para reafirmar seu caráter pastoral e para os problemas que a afetam em sua sustentabilidade e organização.

TERRA, TERRITÓRIO, REFORMA AGRÁRIA

Em relação ao seu campo de atuação, a CPT continua apostando na Reforma Agrária, que é a luta contra o latifúndio e o agronegócio, mas que incorpora também a defesa e o reconhecimento dos territórios das comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A defesa e o reconhecimento desses territórios são essenciais, pois são espaços de reprodução da vida e de relações econômicas, religiosas, culturais, sociais e políticas, não redutíveis à visão uniforme de Reforma Agrária imposta pelo Estado. Garante a expressão da diversidade cultural das comunidades e a preservação do meio ambiente, pois a visão ecológica destes povos “vai cuidar das feridas e ameaças que o capitalismo inflige à terra, às águas, ao clima, aos biomas e seus povos”. A Reforma Agrária, porém, continua a exigir a democratização do acesso à terra e para conquistá-la, a CPT está empenhada na Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade.

A CPT ainda mantém como fundamental a denúncia da violência e dos conflitos que envolvem os povos do campo. E a denúncia à falta de empenho do Estado em enfrentar tal situação, e das políticas públicas que visam submeter as comunidades camponesas à lógica produtivista e desenvolvimentista.

O enfrentamento aos grandes projetos - mineração, hidrelétricas, rodovias, ferrovias, hidrovias, todos dentro da lógica do PAC - e ao agro e hidronegócios, exige da CPT um co-

e alternativas exitosas de convivência e produção.

No enfrentamento da realidade, não é possível o trabalho isolado. É essencial trabalhar junto com os movimentos do campo, construindo parcerias, alianças e articulações que gerem capacidade coletiva de interferir e provocar mudanças. Este é o sentido da participação da CPT em espaços como a Via Campesina, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e outros.

Foto: CPT Nacional



PASTORAL: CARACTERÍSTICA IRRENUNCIÁVEL DA CPT

Ao voltar seu olhar sobre si mesma, a CPT, antes de mais nada, reafirma seu caráter pastoral, como característica fundamental e irrenunciável da sua missão junto aos pobres e aos povos da terra. Este caráter pastoral se fundamenta e se alimenta na Palavra de Deus

e na prática e metodologia profética e libertadora. A ação pastoral da CPT se dá na “fronteira” - lugar de conflito entre a manutenção do que já se pratica e o novo que busca outros caminhos. A “fronteira” é o “lugar teológico onde se revela e se esconde o rosto do Deus da Bíblia e de tantos nomes. É a partir da fronteira que a CPT olha e fala para o templo, o palácio e para todos os seus interlocutores. Com mansidão e humildade, ternura e vigor”.

A CPT se insere numa “pastoral decididamente missionária”, conforme propõe o documento dos bispos latino-americanos de Aparecida, e retoma o caminho da convivência ecumênica, “acolhendo o pluralismo religioso, no diálogo e enriquecimento entre cristãos e com as religiões populares indígenas e afro, e na conquista da igualdade de gênero, na promoção da vida dos seres humanos e do planeta Terra.”

Por isso, a CPT se propõe resgatar a espiritualidade como mola propulsora do discipulado e da missão cristã, aprofundar os caminhos e as perspectivas do Ecumenismo e do Macro-Ecumenismo, e participar das várias instâncias das igrejas, para poder anunciar os conteúdos da sua missão e se enriquecer com os conteúdos de outros setores eclesiais; e para aceitar e assumir também a possível incompreensão por parte de quem não aceita suas posturas. Diante da escassez de recursos, a CPT discute como manter suas atividades. O trabalho voluntário é a base. Vai ser preciso enxugar a administração. E vai ter que se reforçar o diálogo com as entidades de cooperação e articular antigos agentes, no Brasil e no exterior, e amigos que possam contribuir para a superação de alguns impasses.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

EXPERIÊNCIA

Projeto Arca das Letras, em Mato Grosso

BALTAZR FERREIRA
ELIZÂNGELA FREITAS

A equipe da CPT de Rondonópolis, Mato Grosso, acompanha diversos assentamentos na região. Água da Serra, 18 famílias e Carlos Marighela, 300 famílias, no município de Poxoréo; Primavera, 70 famílias; São Francisco / Fazenda Búfalo Branco, 109 famílias; Cascata, 108 famílias; Fazenda Esperança (assentamento através do crédito fundiário), 150 famílias, todos no município de Rondonópolis; João Pessoa, 112 famílias; Marcio Pereira, 90 famílias e Sandrine, 79 famílias, no município de São José do Povo; e assentamento Wilson Medeiros, 190 famílias, no município de Pedra Preta.

Uma das grandes preocupações da equipe sempre foi a de que para fixar as famílias no campo, era necessário melhorar a qualidade de vida das comunidades. E a educação era um dos elementos que contribuiriam com esta melhora de vida. A equipe buscava meios para estimular, sobretudo, os alunos das escolas e os jovens, a se interessarem pela leitura. Mas o acesso aos livros era muito complicado. Foi aí que tomou conhecimento do programa Arca das Letras, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrá-

rio (MDA) em 2003, para promover o acesso à leitura por meio da implantação de bibliotecas nas comunidades rurais brasileiras. A equipe então não esperou que as coisas caíssem do céu. Arregaçou as mangas e se pôs a mobilizar as comunidades. O importante era transformar um sonho em realidade.

Era preciso arrecadar dinheiro para construir os móveis – as arcas – onde os livros ficariam guardados. E logo uma oportunidade surgiu. A Universidade Federal de Mato Grosso ia realizar, em Rondonópolis, entre os dias 12 e 14 de maio de 2009, um Seminário Nacional de Sistemas Agroecológicos. Foi feito contato com os organizadores do Seminário e se acertou que as comunidades forneceriam as refeições do evento e com isto teriam algum dinheiro para tocar em frente o projeto.

Foi feita então uma arrecadação de alimentos nas comunidades. Mulheres de uma associação e funcionárias de duas escolas de educação do campo, com a participação de jovens estudantes destas escolas, prepararam e comercializaram as refeições. Além dos participantes do Seminário outras



Foto: CPT Mato Grosso

peças foram convidadas a se alimentar no espaço. Cada refeição era vendida a R\$ 4,00 reais. Algumas pessoas, quando sabiam a finalidade dos recursos a serem arrecadados contribuíam até com valores maiores. Além disso, os e as participantes do Seminário e outras eram convidados a doar livros para o projeto.

Com esta atividade conseguiu-se arrecadar R\$ 3.000,00. O projeto previa a construção de 20 arcas de leitura e este valor não era suficiente para cobrir o custo das arcas. Foi feito então um pequeno projeto para a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) que o apoiou e com isso se conseguiu a construção das “arcas de leitura” planejadas.

E os livros? Os livros foram repassados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. Essa era a parte que cabia ao Ministério. Os demais livros ganhos também passaram a ser parte das arcas.

Assim, com o esforço das comunidades e a parceria da CESE e do MDA hoje 20 arcas estão nas comuni-

dades. Começaram a ser entregues no dia 21 de novembro do ano passado. Crianças, jovens e adultos de várias comunidades já têm livros e podem começar a desenvolver o hábito da leitura.

Mas antes disso foi necessário fazer um processo de preparação dos agentes de leitura. O que são estes agentes de leitura? São os responsáveis pela mini-biblioteca rural. Eles controlam o empréstimo dos livros, incentivam a leitura e fazem campanhas para ampliar o acervo da pequena biblioteca. Este trabalho é voluntário e as bibliotecas ficam em suas casas ou em local de fácil acesso, indicado pelas famílias.

A equipe da CPT de Rondonópolis tem o sentimento do dever cumprido. Conseguiu envolver neste projeto mais de 300 pessoas e conquistou uma de suas bandeiras que é a de melhorar a qualidade de vida no campo, sendo a educação fundamental para a melhora dessa qualidade de vida.



Foto: CPT Mato Grosso

foto: Carmelo Fioraso - CPT Nordeste II

FELIZ NATAL

É difícil detectar O anúncio
em meio a tantos anúncios que nos invadem.
Ainda existe Natal?
Natal é a Boa Nova?
Natal é também Páscoa?

Sabemos que “não há lugar para eles”.
Sabemos que há lugar para todos,
até para Deus ...

O boi e a mula,
Fugindo do latifúndio,
se refugiaram nos olhos desta Criança.

A fome não é só um problema social,
É um crime mundial.
Contra o agro-negócio capitalista,
a Agro-Vida, o Bem Viver.
Tudo pode ser mentira
menos a verdade de que Deus é Amor
e de que toda a Humanidade
é uma só família.

Deus continua entrando por debaixo,
pequeno, pobre, impotente,
mas trazendo-nos a sua Paz.
A dona Maria e o seu José
continuam na comunidade.
A Veva continua sendo tapirapé.
O sangue dos mártires



continua fecundando a primavera alternativa.
Os cajados dos pastores
(e do Parkinson também),
as bandeiras militantes,
as solidárias
e os cantos da juventude
continuam alentando a Caminhada.

As estrelas só enxergam de noite.
E de noite surge o Ressuscitado.

“Não tenhais medo”.
Em coerência, com teimosia e na esperança,
sejamos cada dia Natal,
cada dia sejamos Páscoa.

Amém. Axé, Awire, Aleluia.

Dom Pedro Casaldáliga

FELIZ NATAL E UM FELIZ 2011!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA